

Modalidades de atendimento à população por serviços-escola de Psicologia: panorama das publicações

Types of services available to the population by Psychology

Training Clinics: a comprehensive view of publications

Wedna Cristina Marinho Galindo¹, Tamires Brandão de Siqueira e Sousa²,
Bianca Falcão Tamman³

Resumo

O artigo toma como objeto de estudo as modalidades disponibilizadas de atendimento à população por serviços-escola de Psicologia. Parte do pressuposto de que a formação e a atuação em Psicologia têm sido perpassadas por significativas mudanças no contexto sócio-histórico-político do Brasil. Das clássicas áreas educação, saúde e trabalho, a Psicologia passa a responder demandas de distintos campos da vida da população. Trata-se de estudo descritivo, quantitativo-qualitativo, constituído de levantamento bibliográfico da produção científica (2011 a 2015) sobre o tema. Vinte e quatro artigos foram identificados na pesquisa e sistematizados em três blocos de conteúdo: atividades educacionais, de autoavaliação e clínicas. As publicações versam prioritariamente sobre atividades educacionais e clínicas, sendo estas as que reúnem maior quantidade de artigos. Devido à tarefa dirigida à Psicologia de responder a demandas com as quais historicamente não se envolveu, pelo menos de forma hegemônica, é indispensável problematizar o Serviço-escola em sua função pedagógica, ético-política e social.

Palavras-chaves: Clínicas-escola. Formação do psicólogo. Processos psicoterapêuticos.

Abstract

This article investigates the types of service available to the population by Psychology Training Clinics. It is based on the assumption that training and practice in Psychology have been permeated by significant changes in the socio-historical-political context of Brazil. From the classic fields of school, health and work, Psychology starts to respond to demands from different areas of population life. This is a descriptive, quantitative-qualitative study, consisting of a literature review on the subject (2011 to 2015). 24 articles were identified in the search of the literature and analysed in three content blocks: school, self-assessment and clinical activities. The publications are primarily about educational and clinical activities, and they bring together a greater number of articles. Due to the task directed to Psychology to respond to the demands with which it has historically not been involved, at least in a hegemonic way, it is indispensable to problematize the Psychology Training Clinic in its pedagogical, ethical-political and social function.

Keywords: Psychology Training Clinic. Psychologist training. Psychotherapeutic processes.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: wedna.galindo@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: brandao.tamires@gmail.com

³ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: biancaftamman@gmail.com

Introdução

A história da Psicologia como profissão no Brasil tem como marco a Lei nº 4.119/62 (Brasil, 1962), que institui cursos de formação de psicólogos/as e reconhece como uma profissão o trabalho já desenvolvido antes nesse campo. A partir de então, o exercício da Psicologia fica restrito aos “diplomados”, cuja titulação poderia ser de psicólogo/a, bacharel em Psicologia, licenciado/a em Psicologia. A delimitação do campo de trabalho do profissional de Psicologia foi definida no art. 13 da lei de 1962 como “utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento”.

A psicologia como profissão assume para si o *psicológico* como objeto de trabalho. As intervenções preconizadas para o/a profissional de Psicologia instituíram a atuação em escolas, indústrias e na clínica. Esta, consolidou-se como área hegemônica de atuação profissional e, por conseguinte, ocupou grande parte da carga horária de formação de futuros/as psicólogos/as (Ferreira Neto, 2011).

Enquanto a Psicologia adquire seu reconhecimento legal como um campo profissional no país, assistimos ao golpe civil-militar de 1964, cujos governos militares investiram em políticas econômicas nomeadas desenvolvimentistas, sob o argumento de fazer crescer o Brasil. Os 21 anos de regime militar, entretanto, ainda que tenham alcançado índices consideráveis de “crescimento”, deixaram como herança para as gerações seguintes péssimas condições de vida. A violação de direitos

humanos assumiu *status* de política pública, já que orientou o modo de organizar a sociedade. Ao fim do período militar, um contingente enorme de pessoas vivia em condições de vida deploráveis (Yamamoto & Oliveira, 2010). Uma pequena parcela da população, entretanto, beneficiária das políticas excludentes dos governos militares, constituiu a classe média do país. Essas pessoas passaram a ser as principais consumidoras dos serviços psicológicos. Uma Psicologia Clínica liberal privatista (Ferreira Neto, 2011) ganhou espaço na sociedade e passou a ser referência do campo de trabalho de psicólogos/os.

Esse cenário foi constantemente tensionado por movimentos de resistência, de origem popular. Destacamos o movimento de Reforma Sanitária e o de Luta Antimanicomial, que tiveram participação de psicólogos/os, docentes e estudantes de Psicologia, dentre outros atores sociais (Minayo, 2001). O declínio do “milagre econômico” e o desgaste internacional do governo brasileiro somou-se a esse cenário de mobilizações sociais, orientando o país para um processo de retomada da democracia.

A Psicologia Clínica, grande empregadora de psicólogos/os, também viveu seu declínio, diante da impossibilidade de aquela classe abastada manter os custos com psicoterapia. Além disso, toda a mudança social envolvida no contexto do país passa a dar visibilidade a novos modos de expressão da subjetividade, para os quais a oferta de psicoterapia no modelo clínico-individual-privatista não respondia às *novas* demandas. Com o processo de redemocratização, passamos a fazer críticas, inclusive, aos altos custos da psicoterapia e ao fato de que, sendo privada, excluía grande

parte da população da atenção por parte desses profissionais. Críticas foram feitas também à formação de psicólogos/os, que mantinha como conteúdos e autores estudados referências não afinadas com a realidade brasileira (Ferreira Neto, 2011).

Consideramos a Constituição Federal promulgada em 1988 (Brasil, 1988) como novo capítulo importantíssimo na história da Psicologia no Brasil. A Carta Cidadã passa a reconhecer direitos, o que exige a regulamentação de políticas públicas para o seu cumprimento. O movimento de Reforma Sanitária foi vitorioso por influenciar a seção sobre saúde, com destaque para o famoso art. 196, que define que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Os profissionais da Psicologia, conforme nos diz Ferreira Neto (2011), passaram a ocupar serviços públicos como campo de trabalho, passando a ser assalariados, muito mais que profissionais liberais. Se já trabalhávamos no que havia de serviço público, no campo da saúde mental (hospitais), o Sistema Único de Saúde (SUS), ao ampliar serviços à população, demanda nossa presença em diversos *novos* campos. Para dar conta dessa ampliação de assistência, as equipes de saúde passam a ser multidisciplinares e com isso abre portas para outros profissionais, entre eles o psicólogo (Spink, Bernardes, Santos & Gamba, 2007), nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), na Atenção Primária em Saúde (Nasf) e em diversos dispositivos que surgiram na perspectiva de promoção de saúde. Psicólogas/os também foram convocadas/os a

ocupar postos de trabalho em equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os Centro de Referência em Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializada em Assistência Social (Creas) e em equipamentos de alta complexidade nessa Rede (Macedo *et al.*, 2011).

A dificuldade que se identifica nessa migração das/os psicólogas/os de trabalho autônomo para assalariada/o em políticas públicas é quanto aos “métodos e técnicas psicológicas privativas” do/a psicólogo/a, como preconiza a Lei nº 4.119/62 (Brasil, 1962). A prática profissional dos psicólogos nos *novos* campos de atuação tem mobilizado nos/nas profissionais uma associação da Psicologia exclusivamente a atividades de psicoterapia, avaliação psicológica e psicodiagnóstico, acarretando uma resistência a executar outras tarefas (Spink & Matta, 2010). No que se refere ao campo da assistência social, pesquisa de Oliveira, Solon, Amorim e Dantas (2011) concluiu que a atividade de clínica tradicional ainda é referida como “uma zona de relativo conforto para a atuação do psicólogo, ao mesmo tempo em que lhe confere um lugar e uma particularidade na equipe” (pp. 147-148), ainda que esta não seja a atividade esperada de psicólogas/os no referido campo.

A formação graduada em Psicologia precisou ser revista, no sentido de preparar futuros/as psicólogos/as para os *novos* campos de atuação. Nessa direção, em 2004 são formuladas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia, republicadas em 2011, ocasião em que foram acrescentadas orientações sobre a formação de professores/as de Psicologia (Brasil, 2011, 2004). As DCN

indicam que os cursos de graduação em Psicologia devem assegurar uma formação para a atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos. As competências a serem desenvolvidas durante o curso devem proporcionar ao/à graduando/a o domínio básico dos conhecimentos e a capacidade de aplicá-los em diferentes contextos de atuação.

Dentre as tarefas formativas na graduação em Psicologia, consta a manutenção de um Serviço-escola de Psicologia que, além de proporcionar aprendizagem para estudantes, deve atender às demandas da comunidade do território em que está estabelecido. Os Serviços-escola ocupam o lugar das antigas clínicas psicológicas (Amaral *et al.*, 2012), cujas atividades formativas e de atendimento à população eram voltadas, prioritariamente, à Psicologia Clínica, com destaque para psicoterapia individual, inspirada naquele modelo liberal-privatista. O Serviço-escola surge como espaço de treinamento de estudantes, na direção da diversidade de práticas profissionais que caracteriza a *nova* Psicologia em curso desde o processo de redemocratização do país.

Os cursos de graduação em Psicologia passaram a revisar seus projetos pedagógicos, reestruturar suas bases, com objetivo de afinar-se com as DCN. Reflexões sobre as novas diretrizes e as mudanças que têm sido empenhadas nos cursos começam a ganhar espaço de publicação em revistas científicas e são indicadoras de que a tarefa de reformulação da formação graduada

enfrenta desafios de diversas ordens (Bernardes, 2012).

A Psicologia ainda se mostra frágil em atender populações mais vulneráveis econômica e socialmente, dada a tarefa inconclusa de se colocar como campo de conhecimento e intervenção diante de políticas sociais de inclusão, engendradas desde o início do atual século. Como afirmam Yamamoto e Oliveira (2010, p. 22), “os limites da ciência psicológica e da formação dos profissionais figuram entre os principais” problemas e dificuldades no trabalho com populações mais pobres. Na atual dinâmica do campo de forças que compõe a cena político-social no país, com um Golpe Institucional em curso desde 2015 (Jinkings, Doria & Cleto, 2016; Rovai, 2016; Souza, 2016) e a destituição do nomeado “Estado de bem-estar-social à brasileira” (Kerstenetzky, 2012), a Psicologia merece manter-se atenta, em postura de autocrítica e formulações significativas para o trabalho com grupos populacionais mais vulneráveis.

O presente artigo aborda modalidades de atendimento disponibilizados à população, por parte de Serviços-escola de Psicologia. O objetivo é avaliar que direção tem tomado os Serviços-escola no sentido de ampliar a diversidade de serviços à população (e, por conseguinte, de formação de psicólogas/os). Compõe o material de pesquisa levantamento bibliográfico sobre o assunto. Este trabalho compõe pesquisa mais geral, em curso, sobre *Formação de psicólogas/os em Serviços-escola de Psicologia em Pernambuco*.⁴

⁴ Financiado pelo Programa Primeiros Projetos da Facepe/CNPq e Programa Jovem Pesquisador Propesq/UFPE.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo, quantitativo-qualitativo, constituído de levantamento bibliográfico da produção científica (de 2011 a 2015) sobre atividades disponibilizadas à população por parte de Serviços-escola de Psicologia. O levantamento foi feito na Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (www.bvs-psi.org.br), nos meses de agosto de 2015 e novembro de 2016. Nesse último mês, foi feita apenas a busca de produções do ano de 2015 e selecionados os artigos não capturados no levantamento realizado na primeira etapa. Foram utilizados na pesquisa bibliográfica os seguintes descritores: Clínica-escola, formação do psicólogo e formação profissional. Restringimos o estudo aos resultados obtidos em “Bases em Texto Completo”, nas plataformas SciElo e Pepsic.

A triagem inicial foi realizada pelo título dos artigos e, posteriormente, pela leitura dos resumos. Foram selecionados os artigos que mencionavam Clínica-escola ou Serviço-escola, ou ainda outros termos relacionados à formação do profissional de Psicologia, resultando em um total de 59 publicações. Oficinas de leitura e de síntese, realizadas no grupo de pesquisa, antecederam o estudo das publicações. Estas foram reordenadas por temática, de modo não exclusivo, nos seguintes grupos: Estratégias da Formação, Fundamentos da Formação, Modalidades de Atendimento à População e População Atendida. No presente artigo, está sendo apresentado o trabalho analítico dos artigos reunidos no grupo Modalidades de Atendimento à População, que totalizaram 24 publicações. Para cada artigo foi feito um resumo

no qual era identificado: a) o tipo de atividade disponibilizada à população; b) o público atendido pela atividade; c) a orientação teórica da atividade; d) a metodologia (como é feita a atividade); e) os resultados e/ou impactos da atividade.

O trabalho realizado nas 24 publicações resultou na organização de três blocos, considerando o conteúdo principal dos artigos: atividades educacionais, atividades de autoavaliação e atividades clínicas. O material de cada grupo foi sistematizado em tópicos descritivos que constam dos resultados a seguir. O esforço foi de construir uma revisão crítica da literatura evitando os equívocos comumente cometidos em revisão de literatura, conforme nos alerta Alves (1992).

Resultados

As publicações são majoritariamente de autoria coletiva, constando três de autoria individual. Dentre os(as) 58 autores(as) encontrados(as), cinco autoras estão vinculadas a duas publicações. Quanto à localização, 17 das publicações foram produzidas na região Sudeste, seis na região Sul, uma na região Nordeste e nenhuma nas regiões Norte e Centro-Oeste.

As publicações foram sistematizadas em três grupos, nomeados como: atividades educacionais, atividades de autoavaliação e atividades clínicas. Estão agrupados em atividades educacionais os artigos que tratam de serviços voltados para atendimento de queixas escolares e sobre questões de aprendizagem. Em atividades de autoavaliação, os estudos versam a respeito do perfil da população que ocupa o Serviço-escola e suas compreensões sobre este, possibilitando

uma avaliação da oferta e do funcionamento do serviço. Atividades clínicas é um grupo composto por publicações a respeito de psicoterapias, avaliação psicológica e demais atividades

associadas à clínica. Cada artigo está identificado no quadro a seguir, em seu respectivo grupo, por autores/as e ano.

Quadro 1. Grupos nos quais as publicações foram sistematizadas

Conteúdo da Publicação	Publicações
Atividades educacionais (6 artigos)	Batista, Gonçalves e Andrade 2015 Klumpp e Andrade, 2013 Menezes, Lopes e Avoglia, 2012 Oliveira, Bragagnolo e Souza, 2014 Pardo e Carvalho, 2011 Santos e Melo, 2011
Atividades de autoavaliação (3 artigos)	Cavalheiro <i>et al.</i> , 2012 Prebianchi, 2011 Veiga e Andrade, 2013
Atividades clínicas (15 artigos)	Affonso, 2012, 2011 Amaral <i>et al.</i> , 2012 Borsa, Oliveira e Bandeira, 2013 Camargo e Andretta, 2013 Cardoso e Munhoz, 2013 Chagas, Guilherme e Moriyama, 2013 Doescher e Henriques, 2012 Franco e Sei, 2015 Maia e Pinheiro, 2011 Manaia, Medeiros, Gonçalves-dos-Santos e Melo-Silva, 2013 Rios e Gomes, 2011 Rodrigues e Mishima-Gomes, 2013 Scaglia, Mishima e Barbieri, 2011 Zuanazzi e Sei, 2014

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Identificamos a linha editorial das revistas nas quais estão publicados os artigos pelo título e, quando necessário, consultamos o corpo editorial. As publicações indicadas como

atividades educacionais (6) estão em sua grande maioria (5) em revistas cuja linha editorial é o campo escolar/educacional e Psicopedagogia. Um dos artigos está publicado em revista de Psicologia que não se detém a uma área

específica. As publicações sobre autoavaliação foram acolhidas por revistas de vários campos: Psicopedagogia (1), Psicologia Hospitalar (1) e sem área específica (1). A maioria das publicações sobre atividades clínicas está em revistas de Psicologia Clínica (7); um dos artigos está publicado em revista “cuja a linha editorial é de trabalhos psicanalíticos”; revistas sem área específica também acolheram artigos sobre essa atividade (6).

Atividades educacionais

Neste bloco os artigos versam sobre as modalidades de atendimento voltadas para as questões de aprendizagem. Em seu artigo, Menezes *et al.* (2012) apresentam um caso de uma adolescente de 14 anos com queixa de dificuldade de aprendizagem, atendida em uma Clínica-escola⁵ de Psicopedagogia em uma universidade privada da Baixada Santista, em São Paulo. Foram realizadas seis sessões para avaliação das dificuldades, 13 sessões de intervenção e devolutivas aos responsáveis e à própria adolescente. Os autores destacam a ausência de transtornos específicos da aprendizagem e indicam fatores ambientais (sociais e familiares), afetivos e comportamentais associados às dificuldades na aprendizagem da adolescente. Os autores enfatizam a importância de processos avaliativos que considerem a complexidade da situação e respeitem o protagonismo de quem busca ajuda.

No que se refere ao atendimento não só do estudante, como também de outras pessoas

pertencentes ao processo de aprendizagem, Oliveira *et al.* (2014) apresentam o trabalho desenvolvido no Núcleo de Estudos e Atendimento a Queixa Escolar (Neaque), de um Serviço-escola de Psicologia em uma universidade privada, com crianças com queixa escolar, seus pais/cuidadores e professores. A intervenção considerou o estudante como ativo no processo e, por conseguinte, possibilitou a emergência de novos sentidos e significados sobre a escola e as queixas de aprendizagem. Ouvir pais e educadores também contribuiu para deslocamentos quanto às dificuldades de aprendizagem, não as reduzindo aos estudantes. A experiência, de modo geral, confronta perspectivas patologizantes e biomédicas na atenção às crianças com queixas de aprendizagem.

Pardo e Carvalho (2011, p. 93) elaboraram um estudo para caracterizar o funcionamento do “grupo de orientação de mães de crianças em fila de espera para atendimento psicoterápico”. O grupo era composto por quatro mães, que ao fim da intervenção (informações acerca do desenvolvimento infantil) relataram as seguintes modificações: tornar-se mais calma, mais observadora, mais convivência com a criança, estabelecimento de regras e envolvimento dos pais no processo.

Ainda se tratando de atendimento aos familiares, encontramos o artigo de Klumpp e Andrade (2013), que versa a respeito da iniciativa da Clínica-escola de Psicopedagogia do Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco (Unifio) de realizar uma “análise

⁵ Utilizaremos os termos “Clínica-escola” e “Serviço-escola”, respeitando o uso que fazem os autores em seus artigos.

compreensiva do processo de ressignificação de aprendizagem de mães de filhos que apresentavam dificuldades de aprendizagem” (p. 81). Duas mães de crianças com dificuldade de aprendizagem foram atendidas em 15 sessões/cada, resultando numa ressignificação de suas vivências de aprendizagem, possibilitando mudanças no modo de lidar com a aprendizagem dos filhos.

No que tange à realização de pesquisas, Santos e Melo (2011), por meio de um projeto de iniciação científica, investigaram “metodologias para a (re)construção de aprendizagens a partir da interação com o computador” (p. 29). As autoras montaram um catálogo de jogos de acordo com sua dificuldade, objetivo e temática abordada. Indicam que o computador é um instrumento atrativo para as crianças e facilitador do atendimento, permitindo a observação, formulação de hipóteses e intervenções.

Batista *et al.* (2015) descreveram a aplicação de um protocolo de avaliação psicopedagógica realizada com uma criança de nove anos. A queixa de alterações no desenvolvimento foi avaliada com oito sessões em grupo, com uso de variados instrumentos. O artigo tem o “objetivo de ilustrar o processo diagnóstico psicopedagógico, seus instrumentos e possibilidades de interpretação de seus resultados” (p. 333).

Atividades de autoavaliação

Reunimos no bloco de artigos que nomeamos de *atividades de autoavaliação* as produções que tratam de informações sobre a população que ocupa o serviço, bem como suas

compreensões acerca do atendimento ali prestado e avaliações do funcionamento.

Relativo ao conhecimento do público que busca o Serviço-escola, Cavalheiro *et al.* (2012) abordam a triagem interventiva utilizando uma pesquisa documental que caracteriza a clientela que procura o Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Assis. Os autores afirmam a importância de conhecer as variáveis demográficas dos pacientes e as queixas que os levaram até a Clínica-escola para adequar as modalidades de atendimento à demanda.

Prebianchi (2011) buscou entender as compreensões de estagiários e cuidadores de crianças sobre o atendimento infantil realizado em um Serviço-escola de Psicologia do interior de São Paulo que mantém convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS). Na óptica dos estudantes, o atendimento é importante, porém insuficiente para a formação profissional. Já os cuidadores veem a importância do atendimento na sua gratuidade e qualidade; quando orientados a respeito do processo, são participativos e identificam os resultados positivos. A partir dos resultados obtidos, foi possível uma avaliação do funcionamento do serviço, permitindo uma reflexão acerca do que merece ser revisto.

No que se refere a uma avaliação do atendimento por parte do público, Veiga e Andrade (2013, p. 12) investigaram a “percepção dos pais sobre o atendimento dos filhos na clínica-escola de Psicopedagogia” do Unifieo. “Os resultados mostraram que 100% dos participantes declararam-se satisfeitos diante da melhora do quadro dos filhos” (p. 22). As autoras sinalizam que o estudo fornece subsídios para a

criação de programas semelhantes em outras Clínicas-escola.

Atividades clínicas

O bloco de artigos correspondente às *atividades clínicas* reúne pesquisas que informam sobre abrangência de modalidades nesse campo. Amaral *et al.* (2012) realizaram um levantamento bibliográfico de publicações a respeito do Serviço-escola em Psicologia no período de 10 anos. Foram encontrados estudos relatando: representação social do psicólogo e papel do supervisor de estágio; descrição da clientela; atendimento ao aluno; triagem; serviços diferenciados e abordagens; e atendimento infantil. Quanto às atividades realizadas pelos Serviços-escola, foram relatadas: triagem, coterapia para adaptação à mudança de terapeuta, psicoterapia individual, orientação profissional em grupo, grupo infantil de ludoterapia, grupo infantil recreativo, grupo infantil de espera, plantão psicológico e psicodiagnóstico.

A avaliação psicológica foi a modalidade de atendimento tematizada no artigo de Borsa *et al.* (2013), que apresenta o funcionamento do Centro de Avaliação Psicológica (CAP) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma Clínica-escola especializada em avaliação e diagnóstico psicológico. Os serviços relatados são: acolhimento, triagem, avaliação psicológica forense, psicodiagnóstico, avaliação neuropsicológica e avaliação de funções mentais específicas. A população atendida abrange crianças, adolescentes, adultos e idosos, além de demandas de órgãos e agências municipais, estaduais e federais.

A avaliação psicológica também é objeto dos trabalhos de Affonso (2011; 2012). A autora dedica-se ao estudo da aquisição das noções de espaço, tempo e causalidade em crianças como processos de construção do real e da própria diferenciação *eu/não-eu*. As pesquisas são feitas em clínicas psicológicas de instituições de ensino de Psicologia em São Paulo. Analisando protocolos de atendimento de 282 crianças, Affonso (2011) argumenta em defesa do ludodiagnóstico como estratégia mais potente de avaliação psicológica do que instrumentos gráficos, por exemplo, o teste do desenho da figura humana (TFH) e reivindica a padronização do ludodiagnóstico como técnica de diagnóstico. No estudo com 23 crianças em atendimento psicoterápico, Affonso (2012) demonstra que é indispensável ao psicoterapeuta tomar a avaliação cognitiva – a partir do que ocorre na cena terapêutica – como auxiliar na compreensão do desenvolvimento da criança quanto ao processo de diferenciação *eu/não-eu* e na própria tomada de decisão do profissional sobre que intervenções/procedimentos seguir.

A psicoterapia individual é tratada no relato de caso apresentado por Camargo e Andretta (2013). As autoras confirmam a eficácia do uso da terapia cognitivo-comportamental em casos de transtorno depressivo maior, sendo o sujeito do caso uma mulher adulta. Já Rodrigues e Mishima-Gomes (2013) relatam um caso de psicoterapia individual infantil no qual a queixa principal era humor deprimido, dores no peito e temperamento difícil. O atendimento foi realizado à luz da teoria do amadurecimento humano de Winnicott.

Ainda, com relatos de atendimento psicoterápico individual, Maia e Pinheiro (2011)

refletem acerca das possibilidades de escuta psicanalítica em espaços além do consultório, o chamado *setting* clássico. Relatam o caso de uma criança que, diante da resistência em ficar no consultório, foi atendida pela psicoterapeuta no lugar *escolhido* pela criança – à sombra de uma árvore.

Em seu artigo, Doescher e Henriques (2012) discorreram acerca do plantão psicológico, sinalizando que os profissionais que prestam esse tipo de serviço devem estar em um posicionamento que possibilite a expressão da singularidade, evitando a busca pelo encaixe do sujeito num quadro psicopatológico. Para exemplificar as possibilidades de intervenção, acolhida e cuidado ofertados nessa modalidade de atendimento, as autoras utilizam quatro casos atendidos em uma Clínica-escola de Psicologia de uma Universidade do Alto Tietê (SP).

Também foram encontrados estudos sobre grupos terapêuticos. Chagas *et al.* (2013) relatam o caso de um grupo terapêutico de adultos com queixas de quadros de ansiedade, atendido em uma Clínica-escola de Psicologia de uma universidade pública. O grupo foi orientado pela Terapia de Aceitação e Compromisso (TAC), modalidade surgida nos anos de 1980, adotada por analistas de comportamento. A TAC inclui a subjetividade e a relação terapêutica em seus procedimentos. O Processo terapêutico envolveu 11 sessões e contou com apenas uma desistência dentre os seis participantes. Ao fim do processo, foram constatadas mudanças nos comportamentos de esquiva comuns aos participantes quando do início da intervenção. Agora, os participantes passaram a se expor a situações cuja reação anterior era de afastamento. As autoras sugerem sessões de *follow up*

individuais ou em grupo para acompanhar a manutenção dos resultados.

Já o estudo de caso publicado por Cardoso e Munhoz (2013) foi desenvolvido acerca de um grupo de espera. O grupo era composto por três mães de crianças (com queixas de dificuldade de aprendizagem) que aguardavam na fila para serem atendidas em uma Clínica-escola de Psicologia na Grande São Paulo. O grupo passou por 12 sessões de arteterapia que, segundo as autoras, possibilitaram às participantes o autoconhecimento, melhora na compreensão do problema, ressignificação de experiências de vida, fortalecimento da estrutura emocional e redução da ansiedade da espera, alcançando, assim, os objetivos da intervenção.

Ainda sobre grupos, foi encontrado um estudo de caso feito por Manaia *et al.* (2013) sobre um grupo de orientação vocacional de adolescentes, focando na influência que os pais exercem na escolha das profissões de seus filhos. Com o grupo foi possível facilitar a comunicação entre pais e filhos e propiciar que os adolescentes realizassem escolhas mais conscientes e adaptadas a seus desejos.

No que corresponde ao atendimento à família, encontramos o trabalho de Zuanazzi e Sei (2014), que ao relatarem um caso de psicoterapia familiar psicanalítica realizada em um Serviço-escola, refletem acerca de sua suscetibilidade aos limites impostos pelo contexto institucional. As autoras destacam a questão de troca de terapeutas e sua implicação na dinâmica do atendimento.

Franco e Sei (2015) apresentam o estudo de dois casos de psicoterapia familiar psicanalítica acompanhados em Serviço-escola de Psicologia em universidade pública. O artigo aborda a inserção do genograma no processo

psicoterápico muito mais como um recurso artístico-expressivo do que como uma técnica estruturada de coleta de dados. Cada família construiu, na sessão psicoterapêutica, o seu genograma, cuja expressão informava sobre aspectos da estrutura e dinâmica de funcionamento familiar. Os autores concluíram que o uso do genograma contribuiu para o acesso de material recalcado do grupo familiar “especialmente no que se refere aos aspectos negativos da transmissão psíquica transgeracional” (p. 414). Nesse sentido, pode enriquecer o trabalho psicanalítico com grupos familiares.

Com a queixa centrada na criança, mas com participação familiar no atendimento, Scaglia *et al.* (2011) apresentam, com relato de caso, um modelo de triagem interventiva, que tem por função avaliar e intervir. A triagem interventiva é composta por: entrevista inicial com os pais, sessão lúdica com a criança, entrevista familiar diagnóstica e sessões devolutivas, sendo uma para a criança e uma para os pais.

Há ainda relato de caso de atendimento de casais, mas que a queixa inicial é centrada na criança. Rios e Gomes (2011) realizaram dois estudos de casos de casais que buscaram atendimento em um Serviço-escola, sendo o foco da queixa o/a filho/a. Por meio da psicoterapia psicanalítica com os casais, a terapeuta buscou a remissão dos sintomas da criança. Esses casais passaram por duas sessões de *follow up*, sendo a primeira com seis meses após o término da psicoterapia e a segunda com 19 meses para um dos casais e 16 meses para o outro. Essas sessões visavam avaliar “a efetividade das estratégias de intervenção psicoterapêutica” (p. 108). Nos casos apresentados, a terapia possibilitou que os casais

expressassem seus conflitos naquele espaço, permitindo que a criança seguisse seu desenvolvimento saudável, visto que seus sintomas eram fruto da dinâmica conjugal.

Discussão

A produção científica sobre modalidades de atendimento à população em Serviços-escola de Psicologia envolve uma diversidade tanto em autoria (58 autores em 24 artigos), quanto nas revistas que acolhem os estudos (17). Tal fato sinaliza que é uma temática bem recebida nas revistas. Ainda que sugestivo de amplitude do debate, por reunir diversos pensadores sobre o assunto, supomos que tais grupos de pesquisadores não estão considerando o tema como um objeto de estudo, já que nas publicações seus autores não se repetem. As 24 publicações encontram-se concentradas no eixo sul-sudeste do país.

Achados de nosso estudo podem ser comparados aos achados de Costa *et al.* (2012) em pesquisa sobre a produção científica acerca da formação de psicólogos no Brasil. Os autores também encontraram concentração da produção nas regiões Sul e Sudeste do país. Para eles isso não reflete necessariamente o interesse da região no tema, mas sim “a desigualdade de recursos, oportunidades educacionais e de formação acadêmica entre as regiões” (p. 134). Consideramos plausível assumir esse entendimento para compreensão dos achados na presente pesquisa. Outro resultado dos autores que se assemelham ao encontrado por nós foi o fato da autoria das publicações não se repetirem, compreendido pelos autores como sugestivo de que o tema das publicações não é central para os

pesquisadores. Entretanto, no que tange à presença de publicações com autoria coletiva, os resultados foram divergentes. Ao passo que este levantamento bibliográfico encontrou a predominância de publicações coletivas, a pesquisa de Costa *et al.* (2012) encontrou uma maioria individual.

No que se refere à temática dos artigos – educacionais, autoavaliação e clínica –, identifica-se a concentração das publicações nas áreas de clínica e escolar, duas das três áreas que representavam a Psicologia quando de sua regulamentação como profissão e campo de formação no país (Ferreira Neto, 2011; Yamamoto & Oliveira, 2010). Costa *et al.* (2012, p. 134) encontraram resultados similares, reafirmando a “persistência de se pensar a graduação para atender aos três grandes campos de atuação psicológica: clínica/saúde, educação e trabalho”.

As modalidades de atendimento à população por parte de Serviços-escola de Psicologia, portanto, ainda têm a marca das clássicas áreas de atuação. De acordo com o que prevê as DCN (Brasil, 2011), os serviços precisam atender às demandas da comunidade e é plausível considerar que as demandas psicológicas desta não se restringem a atividades nos campos da clínica e da escola. Entretanto, não se pode concluir que atendimentos em outros campos não estejam sendo realizados, já que eles podem não ser publicados. A Psicologia alcançou um leque vasto de possibilidades de atuação, no entanto, essa mesma variedade não está visível em publicações sobre os Serviços-escola. Essas atividades estão sendo ofertadas e não são publicadas? Ou elas não são oferecidas? Considerando que nos artigos que versam sobre

a autoavaliação do serviço atenta-se para o planejamento das atividades do Serviço-escola e tem-se levado em conta concepções dos atores envolvidos no serviço, supomos que esforços para atender demandas da população possivelmente estão sendo empenhadas, ainda que não publicadas.

Do material identificado no levantamento bibliográfico, as atividades educacionais apresentam uma amplitude envolvendo atendimentos individuais, mães, em grupo, aos responsáveis, aos profissionais na escola e uso de tecnologias. Quanto às atividades clínicas relatadas, também identificamos uma variedade. Além das clássicas psicoterapia e avaliação psicológica, há relatos de intervenção familiar, grupo terapêutico, orientação vocacional e plantão psicológico. Talvez essa amplitude de atividades aconteça porque os campos são os clássicos campos que estão consolidados na realidade da Psicologia do Brasil. Dessa forma, seriam campos com certa maturidade e compreensão das situações, mais estruturação para ofertar essa diversidade. Essa linha de raciocínio sugere que os “novos campos” (saúde pública, assistência social, jurídica e áreas emergentes – trânsito, esporte) ainda precisam sedimentar práticas e reflexões sobre elas, para, por conseguinte, sistematizá-las em forma de publicações científicas.

A presença das atividades de grupo identificadas no levantamento é sugestiva de que há um deslocamento da tendência de atendimentos individuais. Aparenta estar em consonância com as atividades de atendimento à população previstas pelas políticas públicas vigentes de saúde e assistência social. A preferência por práticas coletivas possibilita o

atendimento de uma parcela maior da população, mas vale a pena pontuar que em alguns casos a oferta de atividades grupais foi motivada pela possibilidade de desafogar a lista de espera do serviço. Estudos que aprofundem a relação entre demanda inicial da população e o impacto do trabalho grupal ofertado merecem ser realizados, de modo que contribuam com a tarefa dos Serviços-escola de formação e atendimento à população (Brasil, 2011).

De forma geral, destacamos na apreciação mais global dos artigos a prevalência de estudos de caso/relatos experiência. Entendemos que as publicações realizadas nesse formato assumem uma riqueza no sentido de detalhar práticas, procedimentos e a relação com a população. Esse material, ao explicitar os atendimentos e compartilhar a experiência, tem significativo impacto tanto na formação de psicólogos/as quanto na estruturação do serviço e, especialmente, na publicização da experiência, possibilitando sua replicação, ajuste ou crítica.

Considerações finais

A pesquisa bibliográfica sobre modalidades de atendimento à população por parte de Serviços-escola de Psicologia demonstra a presença das atividades educacionais e clínicas como atividades prioritárias disponibilizadas à população. As atividades clínicas se destacam como sendo as que ocupam a maior quantidade de publicações. A função histórica dos Serviços-escola como clínica psicológica parece sustentar esse cenário, indicando-nos que as recomendações das DCN (2011, 2004) ainda não estão sendo, de fato, incorporadas na formação de psicólogas/os. Entretanto, é importante

considerar que nem todas atividades realizadas nos Serviços-escola ganham as páginas das revistas científicas, o que indica que o cenário discutido neste artigo não representa a realidade das práticas desenvolvidas, mas da sistematização científica delas aceitas para publicação. O acompanhamento do tipo de publicações sobre modalidades de atendimento à população ofertadas pelos Serviços-escola de Psicologia poderá nos indicar se a tendência identificada estará modificando-se ou se mantendo. Consideramos importante, portanto, a manutenção de atenção para com esse quadro.

A diversidade de atividades clínicas identificadas na pesquisa que nos oferecem os artigos, apresentando modalidades de atendimento distintas das clássicas psicoterapia e avaliação psicológica, é sugestiva da ampliação dos tipos de atendimentos no campo da clínica e, por conseguinte, de esforços em revisitar conhecimentos sobre métodos e instrumentos de trabalho da Psicologia.

Devido às demandas que vêm sendo dirigidas à Psicologia nos últimos anos, seja por crítica a uma psicologia liberal privatista (Ferreira Neto, 2011), que não se aproximava das questões sociais (Yamamoto & Oliveira, 2010), seja pelas próprias reformulações no cenário dos direitos humanos, que têm convocado profissionais de Psicologia a assumir campos de trabalho na saúde, assistência social, educação, jurídico e, inclusive, pelas próprias DCN (Brasil, 2011); problematizar o serviço escola em sua função pedagógica, ético-política e social é indispensável.

Recomendamos que estudos sobre modalidades de atendimento à população por parte de Serviços-escola de Psicologia sejam feitos com recursos de entrevistas, observações *in*

loco, de modo que contribuam na caracterização dos serviços no que se refere à sua tarefa de atendimento à população e, por conseguinte, na divulgação científica dessa realidade. A reunião de estudos sobre esse tema fortalece o debate quanto à função dos Serviços-escola no atendimento à população contribuindo para reflexões mais aprofundadas sobre os serviços no que se refere aos seus *acertos* e *inadequações*. Esse debate é articulado diretamente com o que tematiza a formação de psicólogas/os, na medida em que os serviços são a instituição responsável pela prática de estágio.

Referências

- Affonso, R. M. L. (2011). A contribuição da análise das noções de espaço, tempo e causalidade nas técnicas projetivas diagnósticas: ludodiagnóstico e desenho da figura humana. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 101-116. Recuperado em 20 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872011000100008&lng=pt&tlng
- Affonso, R. M. L. (2012). Avaliação cognitiva do processo psicoterápico de crianças psicóticas. *Boletim de Psicologia*, LXII(137), 201-220. Recuperado em 20 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000200008
- Alves, A. J. (1992). A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cad. Pesq.*, 81, 53-59. Recuperado em 13 outubro, 2015, de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990/999>
- Amaral, A. E. V., Luca, L., Rodrigues, T. C., Leite, C. A., Lopes, F. L., & Silva, M. A. (2012). Serviços de Psicologia em Clínicas-escola: Revisão de Literatura. *Boletim de Psicologia*, LXII(136), 37-52. Recuperado em 8 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100005
- Batista, L. S., Gonçalves, B., & Andrade, M. S. (2015). Avaliação psicopedagógica de criança com alterações no desenvolvimento: relato de experiência. *Rev. Psicopedagogia*, 32(99), 326-335. Recuperado em 21 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000300006
- Bernardes, J. S. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia – alguns desafios atuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. esp.), 216-231. Recuperado em 8 outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500016
- Borsa, J. C., Oliveira, S. E. S., Yates, D. B., & Bandeira, D. R. (2013). Centro de avaliação psicológica – CAP: uma Clínica-escola especializada em avaliação e diagnóstico psicológico. *Psicologia Clínica*, 25(1), 101-114. Recuperado em 21 outubro, 2015, de

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100007
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado em 13 maio, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Camargo, J., & Andretta, I. (2013). Terapia Cognitivo-Comportamental para depressão: um caso clínico. *Contextos Clínicos*, 6(1), 25-32. Recuperado em 13 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822013000100004
- Cardoso, A. M., & Munhoz, M. L. P. (2013). Grupo de espera na Clínica-escola: intervenção em arteterapia. *Revista da Spagesp*, 14(1), 43-54. Recuperado em 6 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100006
- Cavalheiro, N. C.; Garcia, B. G., Iwata, H., Pace Júnior, J., Rosa, H. R., Valente, M. L. L. C., & Migliorini, W. J. M. (2012). Triagem interventiva: a caracterização de uma demanda. *Rev. SBPH*, 15(2), 3-16. Recuperado em 14 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582012000200002
- Chagas, M. T., Guilherme, G., & Moriyama, J. S. (2013). Intervenção clínica em grupo baseada na terapia de aceitação e compromisso: manejo da ansiedade. *Acta Comportamentalia*, 21(4), 495-508. Recuperado em 29 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452013000400007
- Costa, J. P., Costa, A. L. F., Lima, F. C., Seixas, P. S., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). A produção científica sobre a formação de psicólogos no Brasil. *Psicologia em Pesquisa*, 6(2), 130-138. Recuperado em 10 setembro, 2014, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n2/v6n2a06.pdf>
- Doescher, A. M. L., & Henriques, W. M. (2012). Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 717-723. Recuperado em 14 outubro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n4/a18v17n4.pdf>
- Ferreira Neto, J. L. (2011). Psicologia e políticas públicas: novas questões para a formação. Psicologia no SUS: dos impasses e das potencialidades. In J. L. Ferreira Neto. *Psicologia, Políticas Públicas e o SUS* (pp. 23-49). São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- Franco, R. S., & Sei, M. B. (2015). O uso do genograma na psicoterapia psicanalítica familiar. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(2), 399-414. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?scri>

- pt=sci_abstract&pid=S1983-82202015000300009
- Jinkings, I., Doria, K., & Cleto, M. (Orgs.). (2016). *Por que gritamos Golpe? – Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Kerstenetzky, C. L. (2012). *O Estado do bem-estar social da idade da razão*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Klumpp, C. F. B., & Andrade, M. S. (2013). Mães de crianças com dificuldades de aprendizagem: análise compreensiva do processo de intervenção. *Rev. Psicopedagogia*, 30(92), 81-93. Recuperado em 21 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862013000200002
- Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962*. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Recuperado em 13 maio, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm
- Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho, D. M., Magalhães, M. A., Sousa, F. M. S., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no Suas: quantos somos e onde estamos? *Psic. estud.*, 16(3), 479-489. Recuperado em 13 maio, 2014, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122139014>
- Maia, M. V. C. M., & Pinheiro, N. N. B. (2011). Um psicanalista fazendo outra coisa: reflexões sobre *setting* na Psicanálise extramuros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(3), 656-667. Recuperado em 13 outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-8932011000300016&script=sci_abstract&tlng=pt
- Manaia, M. M. C., Medeiros, A. P., Gonçalves-dos-Santos, G. A., & Melo-Silva, L. L. (2013). Carta aos pais: uma estratégia de comunicação dos filhos sobre a escolha da carreira. *Revista da SPAGESP*, 14(2), 19-38. Recuperado em 14 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000200003
- Menezes, R. S., Lopes, M. G. A. S., & Avoglia, H. R. C. (2012). Atendimento psicopedagógico em uma Clínica-escola: um olhar para aspectos da adolescência. *Constr. psicopedag.*, 20(20), 74-90. Recuperado em 8 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000100008
- Minayo, M. C. (2001). Prefácio – sobre a complexidade da implementação do sus. In S. F. Silva. *Municipalização da saúde e poder local: sujeitos, atores e políticas* (pp. 21-44). São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, I. F., Solon, A. F. A. C., Amorim, K. M. O., & Dantas, C. M. B. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do Suas. *Psicologia & Sociedade*, 23(n. esp.), 140-149. Recuperado em 14 maio, 2015, de <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01>

- 02-
1822011000400017&script=sci_abstract&tlng=pt
- Oliveira, J. L. A. P., Bragagnolo, R. I., & Souza, S. V. (2014). Proposições metodológicas na intervenção com estudantes com queixa escolar. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 477-484. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n3/1413-8557-pee-18-03-0477.pdf>
- Pardo, M. B. L., & Carvalho, M. M. S. B. (2011). Grupo de orientação de mães no contexto de uma Clínica-escola. *Paidéia*, 21(48), 93-100. Recuperado em 20 outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103863X2011000100011&script=sci_abstract&tlng=pt
- Prebianchi, H. B. (2011). Atenção psicológica infantil: compreensão de usuários e estagiários do Serviço-escola. *Psicologia em revista*, 17(2), 322-339. Recuperado em 13 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000200011
- Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. (2004). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Recuperado em 13 maio, 2015, de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf
- Resolução nº 5, de 5 de março de 2011. (2011). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado em 13 maio, 2015, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192
- Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2011). Um estudo de *follow up* em psicoterapia psicanalítica de casais. *Paidéia*, 21(48), 101-109. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n48/a12v21n48.pdf>
- Rodrigues, C. M., & Mishima-Gomes, F. K. T. (2013). As flores estão brotando: atendimento infantil em consultas terapêuticas. *Psicologia Clínica*, 25(1), 89-100. Recuperado em 14 outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt
- Rovai, R. (Org.). (2016). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Santos, J. C., & Melo, M. F. A. Q. (2013). Pesquisando metodologias de (re)construção de aprendizagens a partir da interação com o computador. *Rev. Psicopedagogia*, 28(85), 29-40. Recuperado em 20 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100004
- Scaglia, A. P., Mishima, F. K. T., & Barbieri, V. (2011). Entrevista familiar como

- facilitadora no processo de triagem de uma clínica escola. *Estilos da Clínica*, 16(2), 404-423. Recuperado em 21 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282011000200008
- Spink, M. J. P., Bernardes, J. S., Santos, L., & Gamba, E. A. C. (2007). A inserção de psicólogos em serviços de saúde vinculados ao SUS: subsídios para entender os dilemas da prática e os desafios da formação profissional. In M. J. P. Spink (Org.). *A Psicologia em diálogo com o SUS – prática profissional e produção acadêmica* (pp. 53-80). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Spink, M. J., & Matta, G. C. (2010). A prática profissional *Psi* na Saúde Pública: configurações históricas e desafios contemporâneos. In M. J. P. Spink (Org.). *A Psicologia em diálogo com o SUS – prática profissional e produção acadêmica* (pp. 25-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa,
- Veiga, C. S., & Andrade, M. S. (2013). Atendimento na Clínica-escola de Psicopedagogia: percepção dos pais. *Constr. Psicopedag*, 21(22), 12-25. Recuperado em 21 outubro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542013000100003
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. esp.), 9-24. Recuperado em 4 março, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002
- Zuanazzi, A. C., & Sei, M. B. (2014). Psicoterapia familiar psicanalítica: reflexões sobre os fenômenos transferenciais e contratransferenciais em um Serviço-escola de psicologia. *Vínculo – Revista do Nesme*, 11(1), 1-24. Recuperado em 13, outubro, 2015, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v11n1/n1a04.pdf>

Recebido em: 04/09/2017

Aprovado em: 22/10/2018